



Programa Gestão Pública e Cidadania

Escola de Pesca de Piúma

Veronika Paulics



Versão em formato PDF

finalistas do ciclo de
premição 2000

Originalmente publicado em:

**20 Experiências de Gestão Pública
e Cidadania**

**Marta Ferreira Santos Farah e
Hélio Batista Barboza (orgs.)**

Copyright © Marta Ferreira Santos Farah e Hélio Batista Barboza

Direitos da edição reservados ao
Programa Gestão Pública e Cidadania
Av. 9 de Julho, 2029 – 2º andar da Biblioteca
01313-902 – São Paulo – SP
Tel: (11) 3281-7904 / 3281-7905
Fax: (11) 3287-5095
E-mail: inovando@fgvsp.br
<http://inovando.fgvsp.br>

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta
publicação, no todo ou em parte, constitui violação da lei de
direitos autorais.

1ª edição – 2001

Revisão: Francine Lemos Arouca
Apoio editorial: Luis Mário Fujiwara
Capa: Liria Okoda

Versão gráfica em formato PDF: Liria Okoda

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania/
Organizadores: Marta Ferreira Santos Farah, Hélio Batista Barboza
São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2001
284 p.

Inclui bibliografia.

1. Políticas públicas – Brasil. 2. Administração pública – Brasil.
I. Farah, Marta Ferreira Santos. II. Barboza, Hélio Batista. III. Programa Gestão
Pública e Cidadania.

CDD-352

Escola de Pesca de Piúma (ES)

PIÚMA (ES)

Veronika Paulics ¹

O município e a crise

No verão, milhares de turistas ocupam as praias do litoral sul do Espírito Santo. Os habitantes de municípios como Guarapari, Anchieta, Piúma e Itapemirim voltam-se para a prestação de serviços a esses turistas: hotéis, pousadas, bares, restaurantes, sorveterias, passeios de barco, quiosques à beira-mar. Também as prefeituras se desdobram para atender uma população que chega a se multiplicar por dez, como acontece em Piúma durante o carnaval. É preciso montar esquemas especiais de serviços de água e saneamento, pronto-socorros e hospitais, segurança pública, etc. Nos poucos meses de verão e em alguns feriados, a população conta com o turismo como sua principal fonte de renda. Mas é uma fonte temporária. Nos outros meses do ano, somem os turistas e as festas. Permanece o mar, com suas tantas asperezas. E possibilidades.

Ao contrário dos mares temperados, onde é possível realizar a pesca e o processamento industrial do pescado por se encontrarem grandes quantidades de uma única espécie (sardinhas, por exemplo), a costa brasileira é de mar tropical, cuja característica e riqueza é a grande variedade de espécies, cada uma sendo encontrada em pequena quan-

1. Jornalista, mestranda em Administração Pública e Governo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV) e diretora do Instituto Pólis.

4 tidade, o que dificulta sua exploração industrial. Independentemente do tamanho das embarcações e das tripulações, a pesca no Espírito Santo é uma atividade artesanal. Os barcos pequenos e desprovidos de urna de gelo fazem pescaria “no fresco”, ou seja, vão e voltam no mesmo dia porque não têm como armazenar o peixe. Trazem principalmente piruás, que têm baixo valor comercial. Os barcos que têm urna de gelo chegam a ficar 15 dias em alto mar, com uma tripulação de cinco a nove pessoas, todas envolvidas na pesca. Chegam a pescar seis toneladas em uma viagem e alcançam espécies mais valorizadas pelo mercado, como atum, robalo, garoupa, cação, marlin, bonito, namorado, cavala, olho de boi, badejo e camarão.

Os núcleos de pescadores desses quatro municípios representam 45,10% do total de pescadores do Espírito Santo, concentram 56,13% das embarcações de pesca artesanal e respondem por 68,02% da produção anual de pescado do Estado (cerca de 15 mil toneladas), segundo dados do governo estadual². Pouco vendido nos mercados locais, o pescado do litoral sul do Espírito Santo abastece Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo, e uma parte é exportada para países europeus e para o Japão.

Além do trabalho dos pescadores a bordo dos barcos, o setor pesqueiro envolve muitas outras atividades, que se estabelecem em torno da pesca artesanal. Desde a fabricação de redes e tarrafas até a construção e reforma de embarcações. Desde a produção de gelo até o fornecimento de alimentos para as tripulações. Desde o descarregamento do pescado até a avaliação de sua qualidade e a comercialização. Antes de chegar ao consumidor, o peixe passa por diversas etapas, que movimentam a economia local durante todo o ano.

Em meados de 1986, a Secretaria de Educação do Espírito Santo constatou a inexistência de cursos profissionalizantes que considerassem as características econômicas das diversas regiões do Estado. Percebeu também que, embora a pesca fosse uma alternativa de renda para grande número de famílias do litoral capixaba, os filhos dos pescadores não seguiam esta atividade, pois a profissão de pescador é muito pouco valorizada socialmente: o apelo do setor de serviços, como o trabalho em escritórios ou o atendimento a turistas, era muito maior.

Um outro problema era que mesmo as crianças e adolescentes in-

2. Departamento Estadual de Estatística. Informações Municipais do Estado do Espírito Santo. Vitória, 1994.

interessados em atuar no setor pesqueiro não tinham meios de se capacitarem profissionalmente. A capacitação profissional, realizada tradicionalmente de pai para filho ao longo das viagens ao mar, foi dificultada pela legislação que busca proteger os pescadores e evitar o trabalho infantil, exigindo licença da Marinha para se estar em alto-mar a bordo de um navio pesqueiro. A licença não é dada a menores de 18 anos e as viagens são muito dispendiosas para que se possa levar aprendizes, que têm baixa produtividade.

Com o declínio da atividade pesqueira, o litoral capixaba estava perdendo não apenas uma importante fonte de renda, mas também o conhecimento do mar e a arte da pesca, pois as gerações mais antigas deixaram de ter para quem repassar essa riqueza.

Oferecer aos filhos de pescadores a oportunidade de se qualificarem para a atividade pesqueira, profissionalizando-os em diversas etapas da cadeia produtiva, era o objetivo inicial da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo ao colocar em funcionamento a Escola de Pesca de Piúma, em 1987. Ao mesmo tempo, a Secretaria pretendia ampliar a rede de ensino fundamental da região (que, na época, atingia pouco mais de 30% das crianças e adolescentes em idade escolar).

A Escola de Pesca tem, além destes, os seguintes objetivos:

- a) colaborar na preservação de ecossistemas importantes para a manutenção da vida marinha, favorecendo o ingresso dos alunos no setor pesqueiro como profissionais que saibam explorar de forma racional os recursos marinhos;
- b) desenvolver projetos na área de educação ambiental;
- c) incentivar o cooperativismo e
- d) favorecer a participação dos alunos e pescadores nos projetos de maricultura, para que tenham fontes alternativas de renda.

Foi escolhido o município de Piúma por este ser uma das colônias de pescadores do Espírito Santo onde continuava aumentando o número de famílias dedicadas à pesca – apesar dos fatores adversos mencionados anteriormente – e por ter uma localização central em relação ao conjunto de municípios nos quais se exercia a atividade pesqueira no litoral sul do Estado.

Ao constatar que o aprendizado informal da profissão de pescador

- 6 dava-se, em geral, a partir dos doze anos de idade, com o conhecimento sendo transmitido de pai para filho ou dos irmãos mais velhos para os mais novos, a Secretaria de Educação optou por oferecer um curso de ensino fundamental (na época denominado ciclo básico), alcançando justamente as crianças e adolescentes nessa faixa etária. Assim, além de justapor um aprendizado formal ao informal, a iniciativa ajudaria a diminuir a evasão escolar decorrente da mentalidade das famílias de pescadores, para quem aprender a profissão é mais importante do que aprender as matérias pouco relacionadas aos aspectos práticos da vida, oferecidas nas escolas de ensino regular.

Funcionamento da Escola

Atualmente, a Escola de Pesca funciona em período integral, das 7:30 às 15:30, com 100 alunos, provenientes dos municípios de Piúma, Guarapari, Anchieta e Itapemirim. O máximo que a Escola aceita no período de matrículas é 25 alunos por sala de aula. A seleção é feita por ordem de chegada no período das inscrições. A Escola não exige que a criança seja filha de pescadores. Há vários casos de crianças que não eram de famílias de pescadores e se envolveram depois do curso em atividades do setor pesqueiro. Tampouco se faz restrição ao ingresso de meninas: embora em 2000 houvesse apenas seis meninas, em 1999, por exemplo, havia 20 meninas.

A Escola tem quatro salas de aula, refeitório, sala de professores e diretoria, salas ambientes para conserva de pescado e fábrica de gelo, sala de carpintaria, de produção de redes e afins, galpão de manutenção de motores e um ginásio esportivo. Cada série é responsável pela manutenção de um aquário, cuja função não é decorativa, mas didática. Há também uma pequena loja de artesanato sob responsabilidade dos alunos, e dois barcos.

A Escola é aberta, tendo sido construída num terreno da Marinha, onde a praia do rio encontra a praia do mar. Não se exige uniforme e, para alegria de quem passa a vida inteira olhando o mar e andando em areia, também não se exige que as crianças usem calçados.

Além das aulas das matérias do núcleo comum, os alunos apren-

dem matérias relacionadas ao setor pesqueiro. Na 5a. e na 6a. séries, aprende-se Arte de Pesca, que inclui a fabricação e o conserto de redes e afins, uso de anzóis e iscas, reconhecimento das diversas espécies de peixes e de outros viventes dos mares. Algumas aulas são realizadas em salas e galpões, outras são dadas na praia e na ilha contígua à praia onde se localiza a Escola.

Na 7a. série, os alunos têm aulas de Tecnologia do Pescado, que ensina como guardar o produto para conservá-lo por mais tempo, a defumação e a produção de embutidos de peixe (lingüiça, hambúrguer, etc.) e noções de comercialização do pescado. Estas aulas têm uma parte prática acompanhada por alguns alunos no período do verão, quando a Escola põe em funcionamento o entreposto de peixes. Outra matéria oferecida na 7a. série é Construção Naval: começando com aulas de carpintaria e produção de pequenas peças em madeira (inclusive barquinhos e peixes, que são depois vendidos na loja de artesanato), e chegando às noções básicas em construção naval, desde a estrutura do barco até a conservação do casco. O conteúdo dessa disciplina é complementado pelas aulas de Educação Artística. Os alunos da 7a. série têm também aulas de Mecânica Naval: funcionamento e conserto de motores, manutenção, etc.

Na 8a. série, tendo alguns conhecimentos rudimentares de pesca, os alunos aprendem também Técnicas de Captura: localização de cada tipo de pescado e utilização de equipamentos, como termômetros e sondas, associando-os à pesca. Complementando essas aulas, são ensinadas Técnicas de Navegação, com o treinamento para uso dos equipamentos de localização e direção e para o GPS (Global Positioning System), que é o monitoramento por satélite. Outra disciplina do programa da 8a. série é Legislação Pesqueira, que serve de complemento às aulas práticas de pesca. Os alunos da 8a. série realizam ainda pescarias monitoradas, de um dia, que ajudam na familiarização dos alunos com todas as condições de trabalho no Setor Pesqueiro.

Todas as séries têm aulas de natação, na praia, e outras atividades esportivas. Estavam previstas no currículo aulas de remo, mas a forma de se ensinar remo nas escolas convencionais, voltada para a competição, não responde às necessidades da Escola. Por isso, seria necessário

8 desenvolver uma metodologia que ensinasse remo de acordo com as necessidades dos pescadores.

As aulas de Educação Artística, também oferecidas para todas as séries, incluem trabalhos com pintura, desenho, mosaicos, artesanato, música e teatro. Resgatando costumes e tradições dos pescadores locais, às vezes realizam-se, com os alunos, espetáculos de Puxada de Rede³.

Além do conteúdo oferecido a toda a rede pública de ensino, faz parte das aulas de Educação Ambiental um projeto de maricultura (criação de mexilhão, ostra e coquili) aberto para os pescadores que tiverem interesse, bem como a produção e o plantio de mudas de espécies nativas, que são plantadas nas quatro ilhas tombadas pelo Conselho Estadual de Cultura e que são gerenciadas pela Escola de Pesca. Além de plantar as mudas, os alunos colocam placas informativas, aprendem a cuidar das mudas e da vegetação nativa, e dão assistência aos turistas, no verão. As aulas de Educação Ambiental também levam em conta o aprendizado referente ao ecossistema local, às cadeias alimentares marinhas e às formas de minimizar a depredação decorrente da pesca, inclusive da pesca artesanal.

Todas as matérias, especialmente as que estão associadas à atividade pesqueira, buscam relacionar o conhecimento prático obtido pelos alunos no contato com os pescadores da comunidade, ao conhecimento teórico, ao qual os pescadores em geral têm pouco ou nenhum acesso. Nem sempre o senso comum garante as melhores pescarias.

Para as atividades rotineiras de ensino, a Escola de Pesca conta com uma equipe constituída por um diretor, uma merendeira, uma secretária, dois serventes, oito professores para as matérias do núcleo comum e três instrutores para as matérias profissionalizantes no setor pesqueiro⁴.

Com exceção da merendeira, que é funcionária da prefeitura de Piúma, todos os demais funcionários são do quadro da Secretaria de Educação do Estado. Os instrutores se diferenciam dos professores por prevalecer, no processo de seleção, a sua formação prática e sua capacidade didática, não havendo exigência de comprovante de conclusão de qualquer etapa da educação formal.

Durante o ano, são oferecidos também cursos à comunidade, como processamento do pescado, maricultura, uso de novas tecnologias, ar-

3. Quando a rede é lançada e puxada na praia, a pesca é realizada coletivamente. Isto é uma "puxada de rede". As Puxadas de Rede são também momentos de festa, de resgate da memória e da história dos pescadores daquela colônia.

4. Na verdade, deveria haver quatro instrutores, mas em 2000 a Escola não conseguiu encontrar mecânico naval.

tesanato, meio ambiente, construção civil e computação, procurando responder a diversas necessidades de profissionalização.

A Escola mantém convênios com diversas instituições:

a) para atividades ligadas ao setor pesqueiro e maricultura, há convênio com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), com o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae) e com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater);

b) para atividades referentes à educação ambiental e à conservação de ecossistemas costeiros, há convênios com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, com o Sebrae e com o Ministério do Meio Ambiente;

c) para cursos de profissionalização ou capacitação para o mercado de trabalho, em atividades não ligadas ao setor pesqueiro, há convênios com o Fundo de Amparo ao Trabalhador - Sistema Nacional de Empregos (FAT – SINE) e com o Sebrae; e

d) para apoio a atividades de pesquisa, a Escola de Pesca tem convênios com a Universidade Federal de Juiz de Fora, que estuda as comunidades incrustantes em caixas suspensas de ostreicultura em Piúma; com a Fundação Universidade de São João Del Rei (Funrei), que em Piúma tem ampliado o acervo e as atividades de ensino e extensão do seu museu de zoologia; e com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que utiliza o município como suporte ao Projeto Revizee⁵ e às monografias sobre cultivo de ostras.

São oferecidos também cursos de aperfeiçoamento para pescadores, em parceria com a Capitania dos Portos: Motorista de Pesca, Marinheiro de Convés, Patrão de Pesca (ou Mestre de Barcos) Costeiro, Patrão de Pesca Regional e Condutor Motorista, embora somente a Marinha possa dar as licenças necessárias para exercício da profissão.

Recursos

O projeto da Escola de Pesca de Piúma previa que esta se auto-sustentaria. Para tanto, a Escola foi equipada também com três barcos pesqueiros, uma fábrica de gelo e uma sala de beneficiamento do pescado. Estes equipamentos, administrados por uma Cooperativa de Pescadores (também de caráter pedagógico, para incentivar o

5. Significa Recursos Vivos em Zona Econômica Exclusiva. É um levantamento que o CNPq está realizando para a Secretaria Interministerial para Recursos do Mar. O objetivo é pesquisar todas as espécies que são exploradas na costa brasileira e definir a quantidade que pode ser capturada de cada espécie sem provocar o desequilíbrio ambiental. Esta pesquisa, por sua vez, atende à exigência da Convenção Mundial assinada pelo Brasil em 1989, que entrou em vigor em 1994. A Convenção redefine em 12 milhas (e não mais 200) o mar territorial dos países. Para ter exclusividade de pesca nas 200 milhas, é preciso que o Brasil seja capaz de pescar até o limite da sustentabilidade. A fim de dimensionar este limite, foi necessário empreender a pesquisa. Se o Brasil não explorar os recursos vivos marinhos nesta zona até o limite pesquisado, outros países podem requisitar autorização de exploração dos recursos vivos. Um dos pontos pesquisados na costa brasileira é o litoral sul do Espírito Santo. A base de referência do pesquisador do CNPq está sendo a Escola de Pesca de Piúma, onde, posteriormente, deve permanecer um banco de dados com as informações coletadas e sistematizadas.

10 associativismo na região), poderiam gerar recursos que ajudassem a manter a Escola.

A Cooperativa não só não deu certo como também deixou que se acumulasse uma dívida para a Escola da ordem de R\$ 40 mil. Segundo o relatório elaborado pela equipe da Escola para o Programa Gestão Pública e Cidadania, “por motivo de falta de maior conscientização dos pescadores para as questões associativas e administrativas, a referida cooperativa parou de funcionar em 1993, passando a parte produtiva para a gerência da Escola de Pesca”.

O atual diretor, que é professor da Escola praticamente desde a criação, foi eleito por voto direto entre os professores, em 1996. Ao assumir, tomou a decisão de vender um dos barcos da Escola, que ainda estava em boas condições, para saldar as dívidas. Um segundo barco está parado no pátio da Escola por falta de recursos para comprar as tábuas necessárias à recuperação do fundo. O terceiro barco da Escola, depois da dissolução da Cooperativa, foi entregue a um pescador que, não sabendo administrá-lo, abandonou-o na Bahia. Um instrutor foi buscar o barco, arrendando-o para um Mestre de Barco de sua confiança, permitindo a quitação das dívidas. Então, o barco pôde retornar para a Escola, reformado e pronto para ser utilizado.

No período em que a Escola esteve sem barco, precisou alugar ou emprestar barcos de pescadores da região para levar os alunos ao mar e realizar as aulas práticas. Em meados de 2000 foram terceirizadas, para pais de alunos da Escola, a fábrica de gelo e a sala de beneficiamento do pescado. De todo o lucro, 30% são repassados para a Escola.

Fora dos horários de atendimento direto aos alunos, os instrutores podem prestar serviços a terceiros, mas repassam para a Escola 50% do que recebem pelos serviços. Os gastos gerais da Escola são de aproximadamente R\$ 120 mil ao ano, considerando despesas de pessoal, alimentação, manutenção de infra-estrutura e equipamentos, intercâmbio com instituições de pesquisa e ensino, atividades com as famílias e a comunidade.

Desse total, 90% são custeados pela Secretaria de Educação do Governo do Estado. Os outros 10% são provenientes da venda de gelo, de pescado (no entreposto que funciona durante o verão) e de artesa-

nato. Com o fim da Cooperativa, um Conselho (integrado por dois professores, dois pais de alunos, dois alunos, dois funcionários, dois representantes da comunidade e o diretor da Escola) passou a administrar a aplicação destes recursos.

O custo per capita anual da escola é mais elevado do que o de escolas do ensino regular, e os recursos ainda não são suficientes para implementar todos os projetos. A atual administração procura manter as atividades cotidianas da Escola, aproveitando ao máximo os recursos recebidos, mas nem sempre é possível comprar todo o material necessário para as oficinas. Em alguns meses, essa carência acaba prejudicando o aprendizado. Falta um barco, falta um laboratório, faltam publicações especializadas para a biblioteca, falta material esportivo. Mas o principal problema da Escola são os recursos humanos.

O projeto inicial previa um administrador geral, um coordenador pedagógico, professores de ensino regular de 1o. grau e instrutores para o ensino profissionalizante (carpinteiro naval, mecânico naval, operador de máquinas, pescador para instrução no barco-escola, um redeiro, um motorista profissional, três mestres e quinze tripulantes para os barcos de produção).

Houve um único concurso para selecionar professores, em 1986. De lá para cá, é preciso contratar os professores para a maior parte das matérias a cada novo ano. Também os instrutores (redeiro, carpinteiro naval, mecânico naval e oceanógrafo) e o pessoal administrativo são recontratados anualmente. Com isso, é muito difícil capacitar os professores das matérias do núcleo comum para que articulem suas disciplinas ao currículo de matérias referentes ao setor pesqueiro. E é difícil também envolver toda a equipe em relação aos temas transversais, como sexualidade, saúde, família, ciência e tecnologia, cultura, trabalho e linguagens.

Além disso, não raro, houve anos em que a escolha de profissionais era definida por afinidades políticas, sem a preocupação de se realizar a seleção a partir da identidade com os objetivos do projeto, ou a partir do conhecimento de uma realidade específica, como é o universo do setor pesqueiro.

12 A importância da profissionalização no setor pesqueiro

Para compreender a importância da Escola para a comunidade local, é preciso levar em conta as condições de trabalho dos pescadores artesanais. Uma das grandes dificuldades que eles enfrentam é a existência de intermediários (os donos do barco, os donos da fábrica de gelo, os vendedores de insumos, os estaleiros para manutenção das embarcações e os revendedores de peixe), que praticamente definem o preço a ser pago pelo produto trazido do mar.

O principal intermediário é o dono do barco, que define quem terá lugar numa pescaria. A convocação funciona da seguinte maneira: primeiro, o dono do barco escolhe um mestre de barcos, aquele que será o gerente da pescaria. Em geral, é um pescador mais antigo que, além de conhecer os bons lugares de pesca, consegue juntar uma boa equipe e gerenciar o barco.

Para conhecer os bons lugares de pesca, são necessários muitos anos de mar, com grande capacidade para sistematizar as informações de cada pescaria (onde foi encontrado que tipo de peixe, em que quantidade, onde há bancos de recursos marinhos interessantes, quais as melhores marés e temperaturas, etc.). Tais informações são consideradas o maior tesouro de um bom mestre de barcos e são guardadas em sigilo. Raramente se descobre, inclusive, por onde ocorreu a pescaria de cada barco. Ao longo de sua vida, o mestre de barcos pode “adotar” algum aprendiz, que ele julgue merecedor de confiança. Não poucas vezes, os aprendizes adotados são seus próprios filhos. Assim, enquanto não houver desânimo por parte das gerações mais novas em relação à atividade pesqueira (como estava ocorrendo no litoral capixaba), esta é uma profissão que vai se mantendo dentro da família.

As informações que o mestre de barcos obtém ao longo de sua vida e as técnicas de captura que ele desenvolve são irrecuperáveis após a sua morte. Se o pescador consegue ter boas noções dos diversos aspectos de uma pescaria e da comercialização do pescado, pode mais rapidamente chegar a ser um mestre de barcos. Se não é um bom pescador, nem se especializa em alguma função necessária nos barcos, permanece como pescador.

É o mestre quem escolhe a tripulação de sua confiança. No caso de

um barco de 14 metros com urna de gelo, como é o caso de grande parte das embarcações do litoral sul do Espírito Santo, a tripulação consiste em: motorista, cozinheiro, gelador, mecânico e pescadores, sendo que estes últimos pescam durante todo o tempo e os demais pescam quando não estão desempenhando sua atividade principal. O mestre de barcos geralmente segue o costume local para estabelecer quantas partes cabem a cada integrante da tripulação. Na região de Piúma, a tradição reza que, descontado o que o barco gasta de combustível, isca e alimentação dos pescadores, paga-se quatro partes para o barco, três para o mestre de barcos, uma parte e meia para o cozinheiro, outra parte e meia para o gelador, outra para o mecânico e outra para o motorista. Os pescadores recebem, cada um, uma parte. Se houver aprendiz, este recebe meia parte e, se houver pesca de rede, os que dela participaram recebem três partes. Considerando-se uma tripulação com nove pessoas e considerando-se que tenha havido pesca com rede, o lucro dessa viagem será dividido em 19 partes e meia. Ou seja, os rendimentos de um pescador podem crescer se ele conseguir se especializar em alguma função ou se conseguir comprar um barco.

Comprar um barco é bastante difícil. Um barco novo de 14 metros, com urna de gelo e equipado para sair ao mar e levar nove pessoas, custa cerca de R\$ 100 mil. Embora uma viagem de 15 dias com um bom mestre de barcos possa significar um faturamento geral da ordem de R\$ 20 mil, ao se descontarem os gastos com isca, alimentação e combustível (cerca de R\$ 2 mil), o retorno para o dono do barco é de cerca de R\$ 3,5 mil. É preciso descontar disso a manutenção do casco, que precisa ser lixado e pintado pelo menos uma vez ao ano⁶.

A outra alternativa é a especialização. Cabe à Capitania dos Portos a responsabilidade pela capacitação de pescadores para as funções de marinheiro de convés, motorista e mestre de barco (denominado tecnicamente pela Marinha como Patrão de Pesca e podendo ser enquadrado em três níveis: costeiro, regional e internacional). Não há legislação que estabeleça a periodicidade dos cursos oferecidos, que ficam à mercê da vontade do Capitão dos Portos. Mesmo quando não há curso sendo oferecido, pode-se realizar uma prova para se obter a licença.

Ao oferecer formação básica nas diversas especialidades do setor

6. Para evitar a ação de uma pequena lesma que vive no musgo e entra na madeira, destruindo-a por dentro, como se fosse cupim.

14 pescador, a Escola de Pesca favorece o incremento da renda de seus alunos em relação aos pescadores em geral. Além disso, por terem recebido treinamento de profissionais reconhecidamente competentes, os pescadores ganham mais confiança por parte dos mestres de barcos. Não se pode desconsiderar, porém, que esse treinamento também pode acentuar as hierarquias internas às equipes de pesca, devido à segregação dos que não passaram pela Escola.

A Escola de Pesca amplia as opções dentro da tradição pesqueira, oferecendo capacitação profissional para as funções que antecedem a pesca propriamente dita, como a construção de barcos, a confecção de redes e a produção de gelo, bem como para as funções posteriores à pesca, como o aproveitamento do pescado e a sua comercialização. Assim, embora a maior parte das gerações mais novas prefira trabalhar no setor de serviços, como em escritórios ou em turismo, a Escola garante que a tradição da pesca artesanal seja mantida, aumentando as opções para quem continuará nessa atividade. A Escola também possibilita que os postos de trabalho gerados pela cadeia produtiva da pesca na região sejam ocupados pelos moradores da própria região, sem a necessidade de trazer profissionais capacitados de outras localidades.

Limites e dificuldades

A Escola de Pesca de Piúma pretende obter das prefeituras o transporte escolar, para que mais filhos de pescadores possam freqüentar as aulas. Também planeja criar mais cursos de curta duração, voltados para a capacitação dos pescadores: refrigeração, mecânica, carpintaria, tecnologia do pescado, etc.

Para realizar essas metas, a Escola de Pesca quer adquirir novos barcos e equipamentos de navegação. Pretende, ainda, conseguir um quadro profissional permanente, a fim de evitar as mudanças que ocorrem a cada ano com a contratação de profissionais temporários e suprir a falta de funcionários para as atividades que ocorrem durante o período de férias escolares.

Outra limitação enfrentada pela Escola desde o início do projeto é a falta de organização formal ou informal entre os pescadores, com

exceção da Colônia de Pesca, à qual, por lei, todos devem se associar para exercer a atividade pesqueira. A Colônia limita-se a oferecer atendimento médico e odontológico. Diante dessa situação, o projeto da Escola se propunha a desencadear ações que favorecessem o cooperativismo e o associativismo entre os pescadores, como forma de ajudá-los a superar a exploração à qual estavam submetidos na relação com os intermediários.

A Escola serviria, portanto, como um ponto de referência de todos os pescadores da comunidade, que teriam mecanismos formais de participação na elaboração do currículo e na capacitação dos alunos em relação à pesca. A Escola também os apoiaria na formação de uma cooperativa, que seria encarregada de gerenciar os equipamentos (barco, fábrica de gelo, entreposto, etc.). Favorecendo as relações associativistas e cooperativistas entre os pescadores, os idealizadores do projeto acreditavam que seria possível alterar a relação entre os pescadores e os meios de produção e comercialização.

A Cooperativa, entretanto, não funcionou. Em primeiro lugar, porque não havia tradição de associativismo na região. Considerando-se a maneira como é realizada a pesca artesanal, pode-se concluir que é difícil que haja colaboração entre os pescadores. O mestre de barcos (função que todo pescador deseja alcançar) acha desnecessário associar-se a outros pescadores, desde que conheça os lugares onde há grandes quantidades de peixes que tenham valor de mercado.

Em segundo lugar, não se nota qualquer preocupação, por parte da Escola, em estabelecer parcerias mais sistematizadas com a comunidade local. No período de matrículas, o diretor da Escola de Pesca tem que ir às escolas regulares dos municípios vizinhos para convidar alunos, filhos de pescadores, a se matricularem em Piúma. A articulação com grupos da Igreja Católica e da Igreja Batista não ultrapassa o empréstimo do ginásio para atividades realizadas pelos religiosos.

Resultados

Já passaram pela Escola, nestes 13 anos de funcionamento, 1144 alunos. A maioria segue trabalhando em alguma atividade do setor pesqueiro. Muitos estão diretamente envolvidos na pesca: os mais no-

16 vos mestres de barco da região, por exemplo, passaram todos pela Escola de Pesca de Piúma. Outros estão nas atividades relacionadas à pesca: atuam no comércio de pescado ou trabalham em estaleiros. Num dos estaleiros, por exemplo, trabalha um ex-aluno da Escola que não se deu bem com a ida para o mar, mas tem muita habilidade artística na construção naval. Outros, ainda, estão envolvidos em projetos de maricultura, trabalham no turismo, ou exercem o magistério. Alguns, poucos, são oficiais da Marinha.

A Escola será incluída entre os Centros de Referência de Educação Profissional, passando a oferecer também especialização em Pesca e Piscicultura em nível médio e se voltando mais para o comércio internacional.⁷

Para as meninas, mesmo as que estudaram na Escola, não é fácil conseguir espaço no setor pesqueiro. É difícil que mulheres estejam entre as tripulações, ainda que se capacitem como pescadoras, motoristas, cozinheiras, etc. Quando se pergunta aos homens por que as mulheres não estão nas pescarias em alto mar, eles respondem que é um serviço pesado, duro, viril. Quando perguntadas, as mulheres explicam que o espaço nos barcos é muito pequeno e que o machismo é muito acentuado. A tripulação passa todo o tempo dos dias de pesca sem qualquer privacidade, não havendo sequer banheiro nos barcos. Devido ao machismo, fica difícil que os homens aceitem mulheres na tripulação sem invadirem a sua privacidade.

Há alguns casos de mulheres que pescam “no fresco” mas, em geral, elas estão mais presentes nos entrepostos e nas estações de rádio escuta. Sendo filhas, irmãs ou esposas de pescadores, a maioria colabora na fabricação e manutenção de redes e tarrafas, bem como na comercialização e no controle contábil da pescaria.

Mesmo os alunos que não seguiram na atividade pesqueira acreditam que foi importante o período que passaram na Escola de Pesca, não necessariamente para obter capacitação profissional, mas para adquirir formação geral. Provenientes de famílias de pescadores, dificilmente teriam conseguido apoio da família para frequentar uma escola que não fosse a Escola de Pesca.

Tendo-se em vista o quadro geral da educação no Brasil, e em es-

7. O Estado tem projetos de capacitação profissional procurando responder aos sete setores estratégicos da economia capixaba, voltados basicamente para o comércio internacional: pesca, mármore e granito, indústria de confecções, indústria moveleira, turismo, fruticultura e comércio exterior.

pecial da educação que se pretende profissionalizante, chama a atenção o fato de a Escola de Pesca estar voltada para o atendimento a uma comunidade claramente definida. A importância desse aspecto pode ser avaliada com base na situação descrita em um folheto da própria Secretaria de Educação do Espírito Santo. Segundo o documento, “há um exagero na formação de auxiliares de contadores, que provoca um descompasso entre o número de egressos dos cursos e sua absorção pelo mercado de trabalho. O Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo registra que, nos últimos dez anos, dos 72 mil formados, apenas 1977 tiveram seus registros profissionais concedidos. (...) As Escolas Estaduais têm se limitado a oferecer cursos sem levar em consideração a diversidade da oferta, a adequação dos currículos às condições atuais de trabalho ou a avaliação que o mercado de trabalho faz destes cursos”. Podemos acrescentar que os cursos costumam ser oferecidos sem que a comunidade seja consultada.

Ou seja, o projeto da Escola de Pesca de Piúma é inovador ao identificar e atender necessidades concretas de qualificação profissional de uma parcela da população que, quando da criação da Escola, mal tinha acesso ao ensino regular. É interessante verificar até que ponto a Escola de Pesca tornou-se uma referência para a comunidade e, especialmente, para os ex-alunos. O clima de “conversas sobre pesca” está presente também quando ex-alunos passam pela Escola ou encontram o diretor ocasionalmente.

Mesmo sem aplicar a pedagogia da alternância⁸, a forma de abordar a capacitação numa área na qual os alunos já têm um conhecimento prático torna a proposta da Escola de Piúma bastante similar à das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). Assim como as Escolas Famílias partem da atividade agrícola, contrapondo e comparando o saber prático com a teoria, a Escola de Pesca ajuda a sistematizar a prática aprendida dos pais ou parentes mais velhos que atuam no setor pesqueiro, aumentando a produtividade e minimizando o caráter predador inerente à atividade pesqueira.

É difícil estabelecer comparações com outras Escolas de Pesca, posto que é um projeto único no País. Tampouco encontramos referências de experiência internacional nesta área, embora no Chile, para

8. De acordo com a pedagogia da alternância, os alunos ficam hospedados na escola durante uma parte do mês e na outra parte voltam para casa, onde aplicam os conhecimentos aprendidos. Sobre projetos que utilizam a pedagogia da alternância ver LACZYNSKI, Patrícia; “Projeto Escola Família Agroindustrial de Turmalina” e PASSADOR, Cláudia Souza; “Projeto Escola do Campo – Casas Familiares Rurais”. IN: FARAH, Marta Ferreira Santos e BARBOZA, Hélio Batista (orgs.), *Novas Experiências de Gestão Pública e Cidadania*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

- 18 citar um país da América Latina, haja projeto de capacitação de pescadores adultos em tecnologias inovadoras como sondas e GPS. As escolas profissionalizantes no Brasil normalmente atendem alunos de nível médio, oferecendo habilitações relacionadas principalmente às ocupações de apoio administrativo.

Conclusões

Meninos e meninas em algazarra nas salas de aula e nos galpões fabricando redes e fazendo barcos e cuidando dos peixes e na praia nadando e jogando futebol e colecionando conchas. Em todos os cantos, o tema das conversas é o eterno tema que povoa o imaginário de crianças que nasceram na beira do mar e sempre ali viveram: as pescarias, os barcos, o mar.

A Escola de Pesca de Piúma recoloca o setor pesqueiro no centro das preocupações dos adolescentes e jovens da região, como uma alternativa econômica e socialmente reconhecida, sem alijá-los da dinâmica do turismo que lota as cidades normalmente vazias. No verão, trabalham nos quiosques, vendem sorvetes, atendem em pousadas e restaurantes, namoram turistas, levam grupos para dar voltas no mar. Mas percebem que a pesca e seus desdobramentos oferecem alternativas de renda mais palpáveis e concretas. Capacitados nas diversas etapas da cadeia produtiva da pesca, os jovens têm mais alternativas de emprego na própria região.

O cuidado com a preservação ambiental, aliado ao desenvolvimento da atividade pesqueira, por outro lado, ajuda a formar uma mentalidade de responsabilidade coletiva pelo espaço público: a natureza não precisa ficar intocada, pois o uso racional dos recursos permite que todos possam viver, inclusive as gerações futuras.

Mesmo para os alunos que não permanecem na pesca, o fato de terem acesso a uma escola que conecta o saber teórico à vida prática desperta neles a vontade de seguir estudando, porque estudar passa a fazer sentido. E isso é um grande passo numa comunidade que tradicionalmente enaltece apenas o saber prático e vê a escola formal como um “atraso de vida”.

O inovador na Escola de Pesca não é só a capacitação de mão-de-obra para a economia local, mas é o fato de a Escola prestar atenção à cultura local, respeitando a dinâmica da comunidade, conectando o ensino formal à vida cotidiana, alimentando-se dela e alimentando-a com novas perspectivas. Inova por ser uma escola que ensina a orientar-se por satélites, sem tirar os olhos do horizonte. 19